

A ESCOLARIZAÇÃO PRIMÁRIA EM CAMPINA GRANDE (1889-1930)

VÍVIA DE MELO SILVA

PPGE/UFPB. E-mail: viviafag@gmail.com

Primeiras palavras

A Proclamação da República brasileira, ocorrida em 1889, instaurou o regime republicano, pondo fim à monarquia do Império. Esse episódio na história do Brasil significou “[...] a instauração de uma estrutura administrativa de roupagem diferente, reclamando, para tanto, a formulação de uma constituição que passasse a representar os novos ideais políticos, bem como definir as relações de poder no interior dessa nova ordem.” (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2005, p.265). Dentre os ideais proclamadores desse novo regime, destacam-se o nacionalismo, patriotismo e formação de uma identidade nacional.

No entorno dessa modificação de regime político, eventos marcavam um conturbado período na história do Brasil, quais sejam: a abolição da escravatura, o incentivo a imigração, a modernização técnica da produção pela introdução de máquinas (SAVIANI, 2004). Eventos estes instigantes na formulação de um ideário inovador.

No que tange a educação, a historiografia brasileira tem indicado que a partir da implantação do regime republicano este âmbito tornou-se uma preocupação central nos discursos de políticos, administradores e intelectuais do período. Esses discursos assentavam-se na ideia de que, mediante instrução pública, tornar-se-ia possível regenerar a sociedade e o estado brasileiro. Dentre os diferentes propagadores dessas idéias podemos destacar dois intelectuais: Manoel Bomfim e Rui Barbosa.

A obra *A América Latina: males de origem*, publicada em 1903, de Manoel Bomfim é expressiva desse ideário educacional re-

publicano. Nessa obra, ao discutir o problema da nacionalidade de países sul-americanos esse intelectual assinala a instrução popular como meio essencial e indispensável ao progresso de um país. Para Bomfim,

É pela difusão da instrução, criando um meio intelectual mais largo e mais elevado, tornando novos campos de atividades, onde se desafoguem os espíritos de combatentes e ardorosos – é por esse meio que se obterá a transformação dessas lutas: elevando suficientemente o nível intelectual das populações, porque não se prestam a quanto levante a caudilhagem prepara, porque não vão bestialmente atrás de todo o ambicioso que as convida para assaltar o governo, pronto a espingardeá-la depois. Enquanto não derem à massa popular essa instrução, continuando a pesar sobre as sociedades esta influência nefasta do passado, as lutas materiais persistirão, concorrendo para fazer estas nacionalidades cada vez mais infelizes [...]. (BOMFIM, 1993, p.283)

Nesse sentido, fica evidente a defesa de Bomfim de que é, sobretudo, por meio da educação e da conscientização da população que um país pode desenvolver-se. Usando seus termos, pode sair da posição de “parasitado”.

Rui Barbosa, como um republicano, defende a educação como elemento indispensável para a transformação da nação. Transformação esta que venceria a ignorância da população, possibilitando a evolução e modernização do país (NASCIMENTO, 1997). Tal idéia destaca-se no seguinte discurso de Rui,

A chave misteriosa das desgraças que nos afligem é esta, é só esta: a ignorância popular, mãe da servilidade e da miséria. Eis a grande ameaça contra a existência constitucional e livre da nação, eis o formidável inimigo, o inimigo intestino, que se asila nas entranhas do País. Para o vencer releva instaurarmos o serviço da defesa nacional contra a ignorância, serviço a cuja frente incumbe ao parlamento a missão de colocar-se intransigentemente à tibieza dos nossos gover-

nos e cumprimento do seu supremo dever para com a pátria... A educação geral do povo é exatamente, na mais literal acepção da palavra, o primeiro elemento de ordem, a mais decisiva condição de superioridade militar e a maior de todas as forças produtivas. (BARBOSA, 1947, p. 121-122)

Frente esses discursos em defesa da educação popular vale destacar que:

A república nascerá, portanto, marcada pela convicção no poder regenerador da educação, possibilitando a formação de uma nova sociedade, cujo diferencial maior em relação ao Império estaria no sentimento nacional, na prática do civismo, na difusão da cidadania, no aprimoramento da força de trabalho etc., tudo permitido pelo acesso à educação. A tarefa fundamental para o novo regime parecia estar centrada na organização da educação (GONÇALVES NETO e CARVALHO, 2005, p.266).

É importante, ainda, ressaltar, com base em Souza (1998), que a apologia à instrução popular não constitui no Brasil uma originalidade republicana, já que durante todo o Império e até mesmo na Colônia ela foi propagada. Porém,

[...] a inovação republicana foi a articulação orgânica pelas classes dominantes de um ideário liberal democrático em torno da educação popular e a determinação empreendida a fim de implantar, efetivamente, um sistema de ensino popular no país consoante a nova ordem social (SOUZA, 1998, p. 25-26)

Como já indicamos, essas ideias educacionais republicanas estavam sob influência do pensamento liberal e positivista, que, de acordo com Júnior Ribeiro (1986), estão atrelados, respectivamente, à liberdade de espírito e igualdade e à ordem e progresso.

Portanto, o ideário republicano constituiu em promover no país o progresso, a ordem, a regeneração da sociedade, a civilização das massas, o fortalecimento da nação e o engrandecimento da

economia, principalmente, através do combate ao analfabetismo do povo brasileiro, mediante a difusão e a ampliação da oferta da instrução pública. Sendo assim, vale reforçar a ideia de que é com o regime republicano que a educação é focalizada como uma necessidade política e social. Então, partindo desses pressupostos que discutiremos a escolarização primária em Campina Grande, focando o período (1889-1930).

A escolarização primária na Paraíba e em Campina Grande

Durante a República Velha (1889-1930) na Paraíba alguns modelos de ensino coexistiram: as cadeiras isoladas; as escolas reunidas e os grupos escolares.

As *cadeiras isoladas*, organização escolar que predominou desde os períodos Colonial e Imperial até aproximadamente as primeiras décadas da República Velha em todo Brasil, funcionavam sob precário controle de Estado, além de ter seu funcionamento pedagógico quase sempre subordinado única e exclusivamente ao arbítrio do próprio professor (mestre-artesão), detentor de cadeira. O ensino era realizado em galpões, casas de professores, ou salões alugados. Havia também a diferenciação de gênero (PINHEIRO, 2002).

Outros aspectos que marcaram esse modelo de ensino foram: baixas remunerações ao professorado; falta de professores qualificados; exigüidade e má distribuição dos recursos didáticos; uso de compêndios às vezes inadequados; uso da palmatória para punir alunos e, mais tarde, o ensino voltado às atividades agropastoris e à consciência nacional-patriótica.

Sobre as *escolas reunidas*, denominada por Pinheiro (2002) como “instituições transitórias”, já que representaram em certos casos, a passagem das cadeiras isoladas para grupos escolares. Nesse modelo, ainda não existia a seriação.

Concernente aos *grupos escolares*, tratam-se de um novo modelo de organização escolar, no qual o objetivo inicial consistia em

reunir em um suntuoso prédio várias cadeiras isoladas, sob uma superintendência administrativa e técnica. Os grupos escolares, além de terem se caracterizado como edificações suntuosas que se prestaram a modernizar e embelezar cidades, também se tornaram veículo de propagandas políticas (por exemplo, as nomenclaturas). Propiciaram a organização do ensino em sistema seriado, divisão do trabalho escolar (diretor, professor, porteiro, faxineira entre outros funcionários), possível homogeneidade com o agrupamento dos alunos em classes conforme o nível de conhecimento, racionalização curricular, controle e distribuição ordenada do tempo e conteúdos.

Principais características desse modelo de ensino:

- prédios projetados com base na racionalização do espaço interno;
- com várias salas de aulas;
- sala de direção e sala dos professores;
- secretaria e laboratórios didáticos;
- museu, biblioteca e áreas de recreação;
- jardins, refeitório e quadra de jogos.
- objetivo de formar cidadãos respaldado em aspectos humanísticos (moralista, patriótico...);
- elaboração de diretrizes e normas pedagógicas (a chegada do livro didático);
- adaptações a Pedagogia Moderna (superação do ensino clássico, livresco e mnemônico);
- surgimento das equipes pedagógicas e do corpo técnico-administrativo;
- aumento da concentração de alunos;
- fragmentação de trabalho pedagógico.

Em Campina Grande, até o ano de 1924, existiam apenas escolas isoladas no que se refere à escolarização primária pública na República Velha. É precisamente nesse ano de 1924 que foi cria-

do seu primeiro grupo escolar; inicialmente, com o nome de Grupo Escolar de Campina Grande através do decreto de nº. 1.317 de 30 de setembro de 1924 no governo Solon de Lucena, recebendo, posteriormente, o nome de Grupo Escolar Solon de Lucena. Esse grupo foi construído, conforme os estudos de Pinheiro (2002), após a oitava edificação ou adaptação de prédios destinados a esse modelo de escola no estado. A Tabela que segue especifica melhor essa informação:

Tabela 1 – Distribuição dos dez primeiros grupos escolares do estado da Paraíba conforme ordem de criação

Nome	Localização	Ano
Grupo Escolar Thomaz Mindello	Centro da cidade da Parahiba ¹	1916
Grupo Escolar Eptácio Pessoa	Centro da cidade da Parahiba	1918
Grupo Escolar Padre Ibiapina	Itabaiana	1918
Grupo Escolar Padre Rolim	-	1918
Grupo Escolar Antonio Pessoa	Centro da cidade da Parahiba	1920
Grupo Escolar Antonio Pessoa	Umbuzeiro	1920
Grupo Escolar Isabel Maria das Neves	Centro da cidade da Parahiba	1921
Grupo Escolar	Guarabira	1923
Grupo Escolar Solon de Lucena	Centro da cidade de Campina Grande	1924
Grupo Escolar Pedro II	Jaguaribe, na cidade da Parahiba	1925

Fonte: Tabela construída a partir de dados encontrados em Pinheiro, Antonio Carlos F. (2002).

¹ Atual capital João Pessoa.

Vale destacar que a idéia da criação do grupo escolar em Campina Grande remonta o ano de 1923, já que em mensagem

apresentada a Assembléia Legislativa do Estado o presidente Solon de Lucena, relatando seus feitos, destaca o seguinte:

Entretanto, não me descurei da instrução primaria e secundaria do Estado. Creei mais 12 escolas rudimentares em diversos municípios; dotei a cidade de Guarabira, uma das mais prosperas do Estado, de um grupo escolar; provi na Escola Normal a organização de um gabinete de physica e chimica e historia natural; reformei, aparelhando-o convenientemente; fiz construir um amplo pavilhão no jardim da Escola Normal para recreio das creanças do grupo modelo; *levantei a planta de um grupo escolar que pretendo construir em Campina Grande*; dotei a Escola de Commercio com uma sede que honra a Parahyba e, certamente, virá a ser um dos maiores incitantes a essa promissora instituição, e levei o meu estímulo a quantos se dedicam ao magistério, premian-do os esforços dos que, pelos seus méritos, conquistam os primeiros postos, nos concursos regulamentares. (ESTADO DA PARAHYBA, 1923, p.49, grifo meu).

O Grupo Escolar Solon Lucena, conforme o Almanach de Campina Grande (1934), começou a ser construído no dia 7 de janeiro de 1924, na então considerada principal Avenida de Campina Grande, a Floriano Peixoto. Foi edificado no local onde funcionava o antigo mercado público da cidade, chamado “comércio velho”. A inauguração do mesmo ocorreu no dia 12 de outubro do ano de 1924.

Atinente à motivação para a implantação desse grupo escolar em Campina Grande, consideramos como indícios os seguintes: o número de alunos matriculados no ensino primário da cidade, pois como observado no decreto de nº 873 de 21 de dezembro de 1917 era um dos requisitos para a construção de grupos escolares nas localidades paraibanas; o crescimento populacional e urbano de Campina Grande e a possível reivindicação da elite campinense.

Sobre a necessidade de construção de um grupo escolar em Campina Grande, destaca o Anuário desta cidade (1925), que até 1924 não existia um prédio que pudesse comportar os alunos ma-

triculados nas cadeiras isoladas que se instalavam nas regiões mais centrais do município. Conforme este anuário, “até aquelle tempo [1924] não [possuíam] nenhum estabelecimento publico de ensino, que pudesse acceitar matricula de mais de 80 alumnos” (ANUÁRIO DE CAMPINA GRANDE, 1925, p.50).

É importante especificar, conforme esse anuário, que já no início do ano de 1925 o Grupo Escolar Solon de Lucena matriculou 210 alunos, sendo a frequência diária de, no mínimo, 150 estudantes. Por isso, consideramos que o número de alunos matriculados no ensino primário tenha sido um indício para essa implantação, pois antes da fundação do grupo escolar o número de crianças já demanda um local maior para esse ensino. Esse indício nos leva a pensar que a estatística de crianças em idade escolar em Campina Grande era bem considerável no período. Todavia, é relevante destacar que a criação desse grupo escolar não fez extinguir as cadeiras isoladas em Campina Grande, pois, conforme Pinheiro (2002), no ano de 1926 este município apresentava um número de 16 cadeiras isoladas e/ou escolas rudimentares e elementares. Portanto, como especifica o autor citado, esses modelos do ensino primário, cadeiras isoladas e grupos escolares, passaram a coexistirem na Paraíba, e, nesse caso, em Campina Grande, especificamente a partir de 1924.

Referências bibliográficas

ALMANACH DE CAMPINA GRANDE. Diretor: Euclides Villar. Livraria Campinense, Ano II, 1934.

BARBOSA, Rui. Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública. **Obras Completas**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, v. X, t, II, 1947.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1993.

JUNIOR RIBEIRO, João. **O que é o positivismo**. 5ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1986.

NASCIMENTO, Terezinha A, Quaiotti Ribeiro do. **Pedagogia liberal modernizadora: Rui Barbosa e os fundamentos da educação brasileira republicana**. Campinas, SP: Autores Associados-FE/unicamp, 1997.

NETO GONÇALVES, Wenceslau; CARVALHO, Henrique de. O nascimento da Educação Republicana: princípio educacionais nos regulamentos de Minas Gerais e Uberabinha (MG) NO FINAL DO SÉCULO XIX. In: IN: GATTI JUNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados: Uberlândia, MG: EDUFU, 2005, p.263-294.

PINHEIRO, Antonio Carlos Ferreira. **Da Era das cadeiras isoladas à Era dos grupos escolares na Paraíba**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX No Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SOUZA, Rosa Fátima de. **O direito à educação: lutas populares pela escola em Campinas**. Campinas: Editora da Unicamp: Área de publicações CMU/Unicamp, 1998.